Relatório e Contas

IMGA Alocação Dinâmica

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

gestão de ativos
sgoic

2025

Índice

Relatório de Gestão 3

Nota Introdutória 4

Síntese da Evolução dos Mercados 5

Principais Eventos 8

Desempenho Fundos Multiativos e PPR 12

Informação relativa à Gestão do Fundo 14

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade 17

Eventos Subsequentes 18

Notas Informativas 21

Balanço 32

Demonstração de Resultados 35

Demonstração de Fluxos de Caixa 37

Anexo às Demonstrações Financeiras 39

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia 53

Relatório de Auditoria 62

Relatório de Gestão

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos Multiativos e PPR

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Relatório de Auditoria

Nota Introdutória

O fundo foi constituído em 14 de agosto de 1995 como Fundo de Investimento Mobiliário Aberto, tendo em 2015 alterado a sua denominação de Millennium Prestige Valorização para IMGA Prestige Valorização, em linha com a alteração da denominação de todos os fundos geridos pela IMGA, na sequência da aquisição da Millennium Gestão de Ativos ao Millennium bcp.

No sentido de aproximar a designação comercial à sua Política de Investimento e facilitar uma mais correta perceção do risco, alterou a sua denominação em 11 de janeiro de 2018, passando a denominar-se IMGA Alocação Dinâmica.

Em 26 de outubro de 2018 realizou-se a fusão por incorporação do Fundo IMGA Dedicado Valorização – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Flexível no Fundo IMGA Alocação Dinâmica – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto.

A partir de 28 de novembro de 2019 passou a estar disponível para comercialização a Categoria I de Unidades de Participação deste fundo, a qual, no entanto, não foi ainda constituída.

A Categoria R de Unidades de Participação deste fundo constituiu-se em 3 de maio de 2021.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos Multiativos e PPR

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Relatório de Auditoria

A combinação de fundamentais económicos sólidos, com o desempenho económico mais favorável do que o esperado e as políticas orçamental e monetária mais expansionistas permitiu desempenhos favoráveis das principais classes de ativos em 2025. No entanto, a simples observação do perfil anual de valorização oculta as vagas de volatilidade intra-anual.

Depois de os ativos de risco iniciarem o ano com fortes ganhos, a criação de emprego de dez-24 (a melhor leitura em 9 meses) justificou a subida das taxas de juro dos EUA para máximos do ano, com base na perceção de resiliência económica e da possível postura mais expectante da Fed. Ainda em janeiro, a apresentação do modelo de inteligência artificial da Deepseek justificou a primeira vaga de volatilidade nos mercados financeiros de 2025 – associada à qualidade de resposta do modelo, com uma fração dos custos, comparativamente aos modelos dominantes até então – particularmente no segmento tecnológico.

Também as políticas da Administração Trump contribuíram para agitar os mercados financeiros praticamente desde o dia da inauguração, ao surpreender o mundo com a prossecução de uma política externa agressiva, assente na imposição de tarifas aduaneiras sobre alguns dos seus principais parceiros comerciais, incluindo o México, o Canadá e a China.

Ainda no decorrer do 1º trimestre de 2025, a esperança num cessar-fogo na Ucrânia e a perceção de menor suporte dos EUA nessa guerra galvanizou o setor de defesa europeu, com base no reforço dos compromissos de gastos nesse segmento na região. Os ganhos nas ações europeias e principalmente a trajetória ascendente das taxas de juro da região saíram reforçados pelo resultado das eleições na Alemanha e pela subsequente flexibilização do "travão da dívida", que acomodou um aumento substancial dos gastos em defesa e um programa de €500 mil milhões de investimento em infraestruturas neste país. Este tema esteve mesmo na origem da maior subida diária da taxa de juro germânica desde 1990 (+30pb).

O segundo trimestre iniciou-se com o principal pico de volatilidade nos mercados financeiros em 2025, no denominado "*liberation day*" (2 de abril), em que Donald Trump anunciou tarifas "recíprocas" sobre a quase totalidade dos parceiros comerciais dos EUA. As tarifas aduaneiras anunciadas foram significativamente superiores ao esperado (entre 10% e 50%), incluindo 20% sobre os bens da UE, 24% sobre o Japão e de 34% sobre a China.

De imediato, assistiu-se a correções históricas dos ativos de risco, em particular dos mercados acionistas, com base na incorporação de riscos significativos de recessão.

A retaliação da China e a subsequente escalada de tarifas até um pico de 145% sobre a China e 125% pela China sobre os bens dos EUA, juntamente com a retórica agressiva de Trump relativamente à atuação da Fed, (que incluiu ameaças de despedimento de Powell), alimentaram perdas subsequentes nas sessões seguintes. Os mercados financeiros viriam a estabilizar com o anúncio de um período de suspensão das tarifas "recíprocas" a 9 de abril, no qual seriam impostos encargos aduaneiros de "apenas" 10% durante um período de 90 dias. Trump tranquilizou ainda os investidores ao revelar que não planeava demitir Powell. A 12 de abril seguiu-se um acordo preliminar com a China, que reduziu drasticamente as tarifas impostas por ambas as partes.

Apesar dos desenvolvimentos relacionados com as tarifas aduaneiras não terem ficado por aqui, com outros anúncios de tarifas setoriais e ameaças de novas escaladas de tarifas, a sequência de eventos descrita marcou um ponto de viragem, com uma perceção progressivamente menos negativa pelos investidores. Nos meses que se seguiram, foram alcançados múltiplos acordos comerciais de natureza bilateral, incluindo com o Reino Unido, a União Europeia, a Coreia do Sul e o Japão, entre outros.

O entusiasmo dos investidores em torno do tema da inteligência artificial viria a estar entre os temas dominantes entre o terceiro e o quarto trimestres do ano, a par dos impulsos da política orçamental nos EUA (aprovação da "*One Big Beautiful Bill*" no Congresso), da política monetária (cortes de 75pb taxas diretoras da Fed) e até da eleição de Sanae Takaichi como nova líder e Primeira-Ministra do Japão, que implementaria pouco depois um pacote significativo de estímulos orçamentais.

Como descrito, as *yields* do segmento de dívida governamental sofreram flutuações significativas no decorrer do ano, com a deterioração do mercado laboral nos EUA e os cortes de taxas diretoras pela Fed (e as compras de ativos anunciadas na última reunião do ano) a contribuírem para quedas das *yields* norte-americanas, de maior proporção nas maturidades mais curtas (-77pb na maturidade a 2 anos) comparativamente ao prazo a 10 anos (-40pb). Já na Europa, apesar dos cortes de 100pb das taxas diretoras do BCE, a perceção de aumento significativo das necessidades de emissão de dívida e as perspetivas económicas mais construtivas no médio-prazo resultaram num acréscimo de 49pb da *yield* alemã no prazo a 10 anos, exclusivamente explicado pela subida da taxa real.

As variações anuais das *yields* dos restantes emitentes soberanos europeus foram diferenciadas. O destaque pela negativa foi, uma vez mais, a França – com uma subida de 37 pontos base e respetivo alargamento do *spread* contra a taxa alemã a 10 anos - fruto do clima de instabilidade política e da reduzida capacidade de inversão da trajetória orçamental. A Itália posicionou-se no lado oposto, com uma subida absoluta de *yield* de 3 pb em 2025, correspondente a um estreitamento de 46 pontos base do *spread* contra a taxa alemã a 10 anos. Portugal, Espanha e Grécia situaram-se entre ambos os extremos, com subidas menos expressivas de *yield* e respetivos estreitamentos de *spread* face à Alemanha 19pb, 26pb e 26pb, respetivamente.

O crescimento dos lucros empresariais, os níveis diminutos de incumprimentos, os fatores técnicos favoráveis e o ambiente de apetite pelo risco contribuíram para mais um ano de estreitamentos dos *spreads* de crédito, quer no segmento de melhor qualidade creditícia (-23pb) quer na dívida *high yield* (-44pb) europeia, que juntamente com os ganhos possibilitados pela componente de carry originaram valorizações totais de 3,0% e de 5,3%, respetivamente. O índice de dívida subordinada do setor bancário europeu voltou a destacar-se, com uma valorização anual de 8,7%.

Os índices de dívida empresarial dos EUA estiveram igualmente positivos em 2024, com estreitamentos de *spread* de 2pb e 21pb da dívida empresarial investment *grade* e *high yield*, que possibilitaram valorizações anuais de 5,5% e de 8,6%, respetivamente, em moeda local.

O universo de dívida de mercados emergentes esteve entre os mais bem-sucedidos no segmento de rendimento fixo em 2025, com valorizações significativas quer no segmento de dívida governamental quer na dívida empresarial. Estas decorreram quer dos estreitamentos de *spread* quer dos ganhos de *carry* e culminaram em valorizações de 13,7% e de 8,4%, respetivamente.

O segmento de dívida de mercados emergentes em moeda local somou mesmo a maior valorização no último ano, com ganhos superiores a 18% em 2025, contando com o contributo positivo da apreciação do cabaz de divisas que compõe o índice.

Como descrito, não obstante os desenvolvimentos geopolíticos, os principais ativos de risco somaram valorizações em 2025. A classe acionista esteve em plano de destaque, ao somar apreciações generalizadas e em alguns casos historicamente expressivas.

Nos EUA, os títulos com maior associação à temática de inteligência artificial estiveram novamente em evidência, o que se refletiu nas valorizações expressivas dos setores tecnológico e de serviços de comunicação – que impulsionaram uma vez mais o índice de tecnológicas NASDAQ (+21,1% de retorno absoluto, em moeda local). Ainda assim, o perfil de valorização foi significativamente abrangente em 2025, com apenas o setor imobiliário a entregar perdas em 2025.

O S&P500 valorizou 17,9% em 2025, garantiu o 6º ano de ganhos nos últimos sete, e encerrou o ano próximo de máximos históricos, impulsionado quase em exclusivo pelo maior crescimento dos resultados empresariais, em oposição à expansão apenas marginal dos múltiplos.

Os índices europeus contrariaram o padrão recente e somaram valorizações superiores aos norte-americanos, embora os ganhos neste caso tenham sido maioritariamente decorrentes da incorporação de expetativas de crescimento futuro (expansão de múltiplos) – o crescimento dos resultados fez-se sentir apenas nas financeiras, nas industriais e nas empresas de *utilities*, que coincidiram com os setores mais bem-sucedidos no ano (valorizações de 41%, 23% e de 29%, respetivamente).

O perfil de rendibilidades numa perspetiva geográfica foi globalmente positivo, embora particularmente favorável à periferia, com as praças espanhola (IBEX), grega (ASE), italiana (FTSE MIB) e portuguesa (PSI20) a valorizarem 53,5%, 48,3%, 38,4% e 34,8% no ano, respetivamente. Os índices francês (CAC 40) e holandês (AEX) estiveram entre os menos proeminentes, com valorizações de 15,9% e de 10,4%.

Nas restantes regiões, a praça acionista que mais se destacou foi a sul coreana, com ganhos anuais de praticamente 79%, impulsionados pelos setores de equipamento de transporte, de maquinaria, e de construção. Entre os demais, nota para as valorizações igualmente expressivas das praças brasileira (Bovespa +34%), da China (A-shares +28%) e do Japão (Nikkei +28,6%).

Em termos agregados, o índice MSCI World valorizou cerca de 21,1% em 2025.

O comportamento do cabaz de matérias-primas não foi menos notável, embora marcado pela habitual disparidade entre os diferentes segmentos. Nota para os ganhos assinaláveis dos metais preciosos, particularmente a prata (+148%), a platina (+127%) e o ouro (+65%), acompanhados pelo paládio (+78%). Entre os metais industriais, nota de destaque para o cobre (+36,5%) e para o alumínio (+16%). No lado oposto, estiveram as desvalorizações no complexo energético (perdas de 15% do gás natural e de 14,4% do brent).

A trajetória orçamental nos EUA e das respetivas taxa de juro, aliada às implicações das políticas da administração Trump e aos riscos de perda de credibilidade/independência do banco central contribuíram para a perceção de remissão do excecionalismo dos EUA e respetiva depreciação de 9,4% do dólar dos EUA contra os seus principais parceiros comerciais em 2025. O euro esteve entre as moedas mais beneficiadas, com uma apreciação de 13,4% contra o dólar, o que correspondeu ao maior ganho anual desde 2003. O dólar depreciou mesmo contra todas as divisas do G10 e contra o cabaz de moedas de economias emergentes (-8,8%).

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos Multiativos e PPR

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Relatório de Auditoria

Novos Fundos/Categorias:

IMGA Crescimento PPR/OICVM

A **30 de abril** foi autorizada pela CMVM a constituição do fundo **IMGA Crescimento PPR/OICVM** – Fundo de Investimento Aberto de Ações de Poupança Reforma. Iniciou a comercialização a 25 de setembro, tendo sido constituído a 30 de setembro. A 9 de dezembro foi incluído o **Banco Best** como entidade comercializadora da Categoria FR do fundo.

BTG Pactual GV Corporate Bonds 60/40

A **14 de agosto** foi autorizada pela CMVM a constituição do fundo BTG Pactual GV Corporate Bonds 60/40. A 3 de setembro foi iniciada a comercialização do fundo, tendo o mesmo sido constituído a 23 de setembro.

IMGA Money Market USD

A **3 de outubro** foi constituída a Categoria R do fundo.

Principais Eventos

IMGA GV Portuguese Corporate Debt e IMGA GV Portuguese Equities

A **9 de outubro** foi autorizada a constituição de dois fundos – o IMGA GV Portuguese Corporate Debt e o IMGA GV Portuguese Equities, tendo os mesmos iniciado a comercialização a 28 de outubro. O fundo IMGA GV Portuguese Equities constituiu-se no dia 23 de dezembro.

Silver Domus – Vida Sénior, Fundo de Capital de Risco Fechado

A **14 de outubro** iniciou atividade o fundo Silver Domus – Vida Sénior, Fundo de Capital de Risco Fechado (Categoria R).

Fusões/Liquidações de fundos

Foi liquidado, a **31 de dezembro de 2025**, o fundo "Bison China Flexible Bond Fund – Fundo de Investimento Mobiliário Alternativo Flexível Aberto.

Novas entidades comercializadoras

A **11 de abril** foi incluído o Banco Bic Português como entidade comercializadora da Categoria A do fundo IMGA Money Market Eur.

Atualizações/alterações dos documentos constitutivos dos fundos geridos pela sociedade

A **18 de fevereiro** foi concluído o processo da 1ª atualização anual dos documentos constitutivos de toda a oferta de fundos de investimento mobiliário da IMGA.

A **14 de maio** foi concluída a 2ª atualização anual obrigatória dos documentos constitutivos dos fundos, com a Taxa de Encargos Correntes (TEC) atualizada com referência ao ano de 2024.

A **24 de novembro**, no âmbito do processo de integração do Banco BIC Português S.A. no Grupo ABANCA, foram alterados os documentos constitutivos dos fundos comercializados nesse Banco.

A **22 de dezembro** foram alterados os documentos constitutivos do fundo IMGA Money Market, na sequência da alteração da comissão de gestão da Categoria I desse fundo.

Principais Eventos

Publicação dos relatórios e contas dos fundos geridos pela sociedade

A **30 de abril** foram publicados, no sítio da CMVM, os Relatórios e Contas anuais dos fundos IMGA.

A **29 de agosto** foram publicados, no sítio da CMVM, os Relatórios e Contas semestrais dos fundos IMGA.

Informações relacionadas com a sustentabilidade

A **30 de junho** foi atualizada, com referência ao ano de 2024, a "Declaração relativa aos principais impactos negativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade", disponível no site da IMGA.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos Multiativos e PPR

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Relatório de Auditoria

Num contexto marcado por maior incerteza geopolítica e por novas tensões comerciais, com impacto na volatilidade e nas expectativas de crescimento, a generalidade dos fundos multiativos e PPR registaram rendibilidades positivas em 2025, com a volatilidade a manter-se em níveis contidos.

Em termos de rendibilidades anualizadas a 1 ano (Categoria A, como referência), registaram-se resultados positivos e diferenciados: IMGA Alocação Defensiva 2,7%, IMGA Flexível 3,2%, IMGA Alocação Conservadora 3,2%, IMGA Alocação Moderada 4,3% e IMGA Alocação Dinâmica 6,7%. Nos PPR, a rendibilidade anualizada a 1 ano foi de 3,2% no IMGA Poupança PPR e 4,2% no IMGA Investimento PPR.

Nos PPR Ciclo de Vida ABANCA, as rendibilidades anualizadas a 1 ano situaram-se entre 3,1% (+55) e 5,1% (-34). O Eurobic Seleção TOP registou 4,05%.

O saldo de subscrições líquidas em 2025 foi negativo nos fundos multiativos (aproximadamente €82M), com maior impacto no IMGA Alocação Conservadora (€74M).

Nos PPR, o saldo também foi negativo (aproximadamente €23M), refletindo sobretudo o IMGA Poupança PPR (€28,4M), parcialmente compensado por subscrições líquidas positivas no IMGA Investimento PPR (€2,5M), no IMGA Crescimento PPR (€1,3M) e nos PPR Ciclo de Vida ABANCA (€1,6M, no conjunto).

As rendibilidades positivas observadas em 2025 contribuíram para reforçar o desempenho desta tipologia ao longo do ano.

O IMGA Crescimento PPR teve início a 30 de setembro de 2025, pelo que ainda não apresenta rendibilidade anualizada a 1 ano; este fundo vem complementar a oferta de Planos Poupança Reforma da IMGA, com um perfil de volatilidade superior, dado poder investir até 100% em ações.

FUNDOS MULTIATIVOS E PPR	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe
IMGA FLEXIVEL CAT A	3,18%	5,86%	4	4,46%	4,53%	3	0,43%	5,38%	4
IMGA FLEXIVEL CAT R	3,28%	5,85%	4	4,57%	4,52%	3	0.47% (*)	5,40%	4
IMGA ALOCAÇÃO DEFENSIVA CAT A	2,72%	3,20%	3	4,36%	3,70%	3	-0,15%	4,28%	3
IMGA ALOCAÇÃO DEFENSIVA CAT R	2,65%	3,21%	3	4.38% (*)	3,70%	3	-0.14% (*)	4,28%	3
IMGA ALOCAÇÃO CONSERVADORA CAT A	3,18%	4,45%	3	5,03%	4,25%	3	0,82%	5,41%	4
IMGA ALOCAÇÃO CONSERVADORA CAT R	3,48%	4,52%	3	5,69%	4,45%	3	1.2% (*)	5,51%	4
IMGA ALOCAÇÃO MODERADA CAT A	4,32%	6,51%	4	6,58%	5,66%	4	2,79%	6,70%	4
IMGA ALOCAÇÃO MODERADA CAT R	4,23%	6,62%	4	6,78%	5,75%	4	2.91% (*)	6,75%	4
IMGA ALOCAÇÃO DINÂMICA CAT A	6,73%	10,70%	5	9,46%	8,90%	4	5,09%	9,76%	4
IMGA ALOCAÇÃO DINÂMICA CAT R	6,73%	10,71%	5	9,51%	8,92%	4	5.1% (*)	9,78%	4
EUROBIC SELEÇÃO TOP	4,05%	3,14%	3	4,51%	2,96%	3	1,27%	3,17%	3
IMGA POUPANÇA PPR CAT A	3,20%	4,42%	3	5,06%	4,23%	3	0,77%	5,39%	4
IMGA POUPANÇA PPR CAT R	3,20%	4,42%	3	5,07%	4,24%	3	0.8% (*)	5,40%	4
IMGA INVESTIMENTO PPR CAT A	4,20%	6,50%	4	6,37%	5,64%	4	2,56%	6,68%	4
IMGA INVESTIMENTO PPR CAT R	4,20%	6,50%	4	6,37%	5,63%	4	2.56% (*)	6,68%	4
ABANCA PPR/OICVM Ciclo Vida -34	5,07%	7,64%	4	7,24%	6,48%	4	3,14%	6,89%	4
ABANCA PPR/OICVM Ciclo Vida -35-44	4,98%	6,85%	4	7,02%	5,92%	4	3,02%	6,33%	4
ABANCA PPR/OICVM Ciclo Vida -45-54	3,91%	4,85%	3	5,55%	4,42%	3	1,57%	4,83%	3
ABANCA PPR/OICVM Ciclo Vida +55	3,10%	3,12%	3	4,02%	3,24%	3	0,09%	3,65%	3

(*) considera cotações calculadas com base no desempenho da Categoria A
Data de referência: 31 de dezembro de 2025
O fundo IMGA Crescimento PPR foi constituído a 30 de setembro de 2025, pelo que não são apresentadas rendibilidades.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos Multiativos e PPR

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Relatório de Auditoria

O ano de 2025 voltou a ser um ano de rendibilidades positivas para o Fundo, constituindo-se como o terceiro ano consecutivo de ganhos, depois do ano negativo de 2022.

O ano foi caraterizado por elevada volatilidade, principalmente no primeiro semestre, induzida pelo anúncio de um plano de investimento ambicioso na Alemanha para os próximos anos, pelas políticas mais agressivas do que o esperado do presidente Donald Trump, nomeadamente no que respeita às relações comerciais, à independência da Reserva Federal, à imigração e à política fiscal, e pelos riscos geopolíticos globais que se mantiveram elevados. Estes eventos acabaram por impactar significativamente os números macroeconómicos a longo do ano, trazendo também a estes muita oscilação, basta recordar a antecipação das exportações para os EUA nos primeiros meses do ano de forma a evitar as tarifas comerciais, o impacto no mercado laboral dos EUA da diminuição da imigração ou o aumento do investimento resultante da política fiscal implementada.

Em termos de estimativas, assistimos durante a primeira metade do ano a revisões significativas em baixa do crescimento económico global e em alta da inflação global, revisões estas que viriam a reverter gradualmente ao longo do segundo semestre do ano, à medida que a incerteza diminuía, nomeadamente com a implementação das tarifas anunciadas a ser gradualmente substituída por acordos comerciais mais favoráveis.

Apesar da incerteza generalizada, a economia global mostrou-se bastante resiliente e a inflação global voltou a retroceder, não se confirmando os piores receios de que o crescimento económico seria mais fraco do que o inicialmente estimado e de que a inflação nos EUA iria aumentar significativamente com a implementação das tarifas. Este contexto permitiu a vários bancos centrais reduzir as suas taxas de juro, nomeadamente a Reserva Federal norte-americana e o Banco Central Europeu (BCE).

Ao nível fiscal, os governos continuaram a estimular a economia de uma forma global, com os EUA a aprovarem um orçamento mais expansionista do que o antecipado, a Alemanha a apresentar um plano de investimento ambicioso para os próximos anos, a China, mais cirúrgica, mas também a intervir quando necessário, e o Japão em vias de reforçar significativamente os estímulos fiscais no próximo ano depois da mudança de liderança política ocorrida. Por outro lado, os riscos geopolíticos acabaram por não ter um impacto muito significativo nos mercados financeiros, apesar de se terem intensificado alguns focos de tensão, como é o caso da Venezuela e do Irão, e de não se ter chegado a uma resolução dos conflitos na Ucrânia e na faixa de Gaza.

Neste contexto, os mercados financeiros acabaram por valorizar, com a maioria dos ativos financeiros a apresentar retornos positivos. As taxas de juro nos prazos mais longos subiram na Europa de forma relevante, penalizando a dívida governamental, mas dada a componente de rendimento, ainda conseguiu devolver um retorno positivo, embora inferior a 1%. Nos EUA, e apesar de toda a incerteza sobre o recuo da inflação e a independência da Reserva Federal, as taxas de juro recuaram de forma significativa, tendo os *treasuries* devolvido uma performance bastante atrativa. Ao nível do crédito, os *spreads* empresariais beneficiaram do apetite dos investidores e da resiliência económica, que se traduziu em taxas de incumprimento relativamente baixas, e estreitaram de forma significativa, levando a retornos positivos tanto no segmento de investment *grade*, como de *high yield* ou na divida de mercados emergentes.

Os mercados acionistas, por seu lado, beneficiaram do crescimento dos resultados das empresas e de um *repricing* em alta na generalidade dos mercados acionistas. Ao nível dos retornos em euros das principais geografias, é de destacar pela positiva o mercado acionista europeu e de mercados emergentes, enquanto pela negativa se destacou o mercado norte-americano penalizado pelo câmbio.

O dólar acabou mesmo por ser um dos ativos mais penalizados pelos investidores ao longo de 2025, dadas as políticas do presidente Donald Trump, tendo desvalorizado contra as principais moedas, sendo que face ao euro depreciou mais de 10%.

A componente de matérias-primas também teve um comportamento positivo, sendo fortemente impulsionada pelos metais preciosos, que beneficiaram de toda o ambiente de tensão geopolítica que se fez sentir e da procura por parte de vários Bancos Centrais e de diferentes tipos de investidores. Pela negativa, destaque para a componente energética, o que acabou por ser benéfico para a inflação e para o consumo privado.

O Fundo entrou em 2025 com um posicionamento pró-risco, com uma exposição a ações acima do que tem sido o seu histórico mais recente, com uma preferência por crédito em detrimento de governos, e uma ligeira exposição a alternativos, onde encontramos fontes de risco e retorno diferentes dos restantes ativos em carteira.

A exposição a ações justificava-se dada a perspetiva interessante de crescimento de resultados, impulsionada pelas empresas relacionadas com a inteligência artificial, quer fossem as que fornecem a infraestrutura necessária ou as soluções a implementar, quer fossem aquelas que beneficiam da implementação destas soluções.

A exposição demonstrava inicialmente um viés mais acentuado para os EUA, onde acreditávamos que as políticas da Administração Trump seriam "pró-business", nomeadamente as associadas aos cortes de impostos e à desregulação, dada a sua maior exposição ao setor tecnológico.

Com o aumento da incerteza relativamente às políticas do presidente norte-americano, dos temas geopolíticos e com a desvalorização do dólar, acabámos por diversificar esse viés para outras geografias.

A exposição a ações foi reduzida temporariamente a meio do ano, após o mercado ter encetado alguma recuperação e dado que a incerteza macroeconómica e geopolítica ainda era elevada, mas a redução desta incerteza, nomeadamente com o estabelecimento de vários acordos comerciais, e a melhoria das perspetivas económicas levaram-nos a reforçar novamente a exposição acionista.

Em termos setoriais destaque para os enviesamentos bem-sucedidos em inteligência artificial e cibersegurança, que beneficiaram do crescimento significativo dos resultados das empresas destes setores, e para o setor da defesa, que beneficiou não só dos conflitos geopolíticos, como da necessidade de vários países reforçarem os seus gastos em defesa e de se terem comprometido a fazê-lo.

Menos bem sucedido foi o investimento em *healthcare*, uma vez que o setor, embora transacionasse a níveis de valorização interessantes, foi penalizado no primeiro semestre do ano pelas opções politicas do presidente norte-americano. Esta situação inverteu-se nos últimos meses do ano, com o setor a recuperar folego.

A exposição ao crédito manteve-se relevante ao longo do ano, uma vez que acreditávamos que os *spreads* se manteriam suportados dados os fundamentais sólidos das empresas e a ausência de uma perspetiva de recessão.

Por outro lado, a exposição a divida governamental permaneceu limitada uma vez que, em termos relativos, preferíamos crédito empresarial, dado o *carry* mais interessante, a visão positiva para os *spreads* empresariais e a pressão sobre os níveis de dívida pública.

Informação relativa à Gestão do Fundo

A exposição a duração mesmo assim permaneceu relevante, principalmente na Europa, dado que a perspetiva de crescimento abaixo do potencial e de queda da inflação, fazia antever que o BCE iria, tal como se verificou, cortar as taxas de juro, deixando de ter uma política monetária restritiva, passando a território neutral.

A duração foi gerida de forma ativa, acabando por ser reduzida na Europa dada a perspetiva de um aumento do endividamento nos próximos anos, e nos EUA dado o receio do impacto que as tarifas poderiam vir a ter na inflação e o cada vez maior *term premium* que os investidores exigiam para investir nas obrigações governamentais norte-americanas, dada a situação fiscal do país, a incapacidade de reduzir os défices e o receio de perda de independência da Reserva Federal.

Ao nível dos alternativos, iniciámos o ano expostos a este segmento, nomeadamente na componente de fundos de retorno absoluto e de matérias-primas.

A exposição a fundos de retorno absoluto foi diversificada em várias estratégias que acabaram por se revelar positivas para a performance da carteira, enquanto a exposição a metais preciosos, embora de menor dimensão, acabou por ter uma valorização muito expressiva.

A exposição aos alternativos foi reforçada ao longo do ano, na procura de fontes de alfa diversificadoras e à medida que o seu valor relativo aumentava.

Em termos de contributos para a performance do Fundo, todas as grandes classes de ativos contribuíram positivamente, sendo de destacar na componente obrigacionista, a contribuição do crédito, nomeadamente o norte-americano e de mercados emergentes, na componente acionista, o contributo das ações europeias e, nos alternativos, a valorização dos metais preciosos. Pela negativa, o destaque foi o impacto da desvalorização do dólar, uma vez que alguns ativos se encontram expostos ao câmbio.

Em 2025, o fundo IMGA Alocação Dinâmica apresentou uma rendibilidade de 6,7% no ano nas categorias A e R.

O valor líquido global situou-se em €84,0M, um aumento de 7,0% face ao final de 2024. As vendas líquidas foram positivas em €0,3M, com subscrições de €10,1M e resgates de €9,8M.

Sendo um fundo de capitalização, não procedeu à distribuição de rendimentos.

Relatório de Gestão
Nota Introdutória
Síntese da Evolução dos Mercados
Principais Eventos
Desempenho Fundos Multiativos e PPR
Informação relativa à Gestão do Fundo
Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade
Eventos Subsequentes
Notas Informativas
Balanço
Demonstração de Resultados
Demonstração de Fluxos de Caixa
Anexo às Demonstrações Financeiras
Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia
Relatório de Auditoria

Em cumprimento do estipulado pelas alíneas b) e c) da secção 6 do Anexo IV do Regime da Gestão de Ativos (RGA), apresenta-se, de seguida, o montante total das remunerações pagas pela entidade responsável pela gestão aos seus colaboradores e o montante agregado da remuneração dos membros dos órgãos de gestão e fiscalização (valores em euros):

REMUNERAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2025

Órgãos de Gestão e Fiscalização	Rendimento Fixo	Rendimento Variável	Número A 31/12/2025
Comissão Executiva			
Presidente e Administradores	314.327	248.353	3
Administradores independentes	43.500	0	1
Conselho fiscal			
Presidente e vogais	50.705	0	4
Colaboradores	**Rendimento fixo**	**Rendimento variável**	**Número A 31/12/2025**
Colaboradores	2.460.859	451.169	50

Nos termos da Lei e conforme previsto no n.º 1 do art.º 20º dos Estatutos, o modelo de fiscalização da Sociedade compreende ainda um Revisor Oficial de Contas, ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro do Conselho Fiscal, a quem foram pagos €11.808 pelos serviços durante o ano de 2025.

Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, ou da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, conforme previsto no n.º 1 do art.º 21º dos Estatutos, a Assembleia Geral designou um auditor externo para a verificação das contas da Sociedade, a quem foram pagos €32.595 pelos serviços prestados nesse âmbito.

Em 2025 foram pagos €2.945 relativamente a indemnizações por cessação de contrato de trabalho.

As remunerações e benefícios foram calculados e atribuídos de acordo com o definido na Política de Remunerações em vigor, cuja síntese está disponível no site da Sociedade.

No início de cada ano, com base no Relatório de Avaliação da Execução da Política de Remunerações, da responsabilidade do Comité de Remunerações, o Conselho Fiscal produz um Relatório anual sobre a Política de Remunerações, onde descreve os aspetos e conclusões relevantes que fundamentam o respetivo parecer acerca da avaliação do grau de execução da Política de Remunerações em vigor na Sociedade ao longo do ano anterior.

Relativamente a 2025, não foi identificada qualquer irregularidade ou inconsistência no modo como as remunerações e outros benefícios foram calculados.

Em 2025 não foram introduzidas alterações à Política de Remunerações.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Ações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Relatório de Auditoria

Eventos Subsequentes

A **6 de janeiro de 2026** foi constituído o fundo IMGA GV Portuguese Corporate Debt (Categoria G).

A **16 de janeiro de 2026** foi incluída a IMGA como entidade comercializadora da categoria R dos fundos IMGA Poupança PPR/OICVM e IMGA Investimento PPR/OICVM.

A **31 de janeiro de 2026** foi liquidado o fundo IMGA Financial Bonds 3Y 2,25% – Série I, Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações.

A **4 de fevereiro de 2026** ocorreu a alteração da comissão de subscrição nos fundos IMGA GV Portuguese Equities e IMGA GV Portuguese Corporate Debt.

Eventos Subsequentes

A **11 de fevereiro de 2026**, a Plural Markets passou a ser o novo comercializador dos seguintes fundos:

IMGA Ações Portugal
IMGA Portuguese Corporate Debt
IMGA Money Market
IMGA Liquidez
IMGA Euro Taxa Variável
IMGA GV Portuguese Corporate Debt
IMGA GV Portuguese Equities
IMGA European Equities
IMGA Global Equities Selection
IMGA Poupança PPR/OICVM
IMGA Investimento PPR/OICVM
IMGA Crescimento PPR/OICVM

A **12 de fevereiro de 2026** foi constituída a categoria D do fundo BTG Pactual GV Corporate Bonds 60/40.

A **19 de fevereiro de 2026**, foi constituída a Categoria R no fundo IMGA Rendimento Mais.

A **23 de março de 2026**, foi constituída a Categoria I para o fundo IMGA Money Market USD.

Eventos Subsequentes

À data de conclusão deste relatório, em face das atuais circunstâncias, o Conselho de Administração continua a acompanhar atentamente o desenrolar da atual situação de conflito no Médio Oriente e as possíveis repercussões que poderá vir a ter na economia a nível mundial e nacional, que, nesta data, continuam a não ser possíveis de antecipar com fiabilidade.

Relatório de Gestão
Nota Introdutória
Síntese da Evolução dos Mercados
Principais Eventos
Desempenho Fundos Multiativos e PPR
Informação relativa à Gestão do Fundo
Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade
Eventos Subsequentes
Notas Informativas
Balanço
Demonstração de Resultados
Demonstração de Fluxos de Caixa
Anexo às Demonstrações Financeiras
Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia
Relatório de Auditoria

IMGA Alocação Dinâmica - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

Elementos Identificativos

Tipo de Fundo:
Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

Data de Constituição:
14 de agosto de 1995

Sociedade Gestora:
IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

Banco Depositário:
Banco Comercial Português, S.A.

Valor da Carteira:
(31 de dezembro de 2025)

83 990 733 Euros

EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
IMGA ALOCAÇÃO DINÂMICA CAT A										
Rendibilidade	0,5%	7,3%	-12,2%	18,6%	1,8%	15,9%	-15,8%	9,9%	11,9%	6,7%
Risco (nível)	5	3	5	4	6	4	5	4	4	5
IMGA ALOCAÇÃO DINÂMICA CAT R										
Rendibilidade	-	-	-	-	-	-	-15,8%	10,1%	11,9%	6,7%
Risco (nível)	-	-	-	-	-	-	5	4	4	5

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura e só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência.

Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos.

O nível de risco do fundo pode variar entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Um risco mais baixo implica potencialmente uma remuneração mais baixa e um risco mais alto implica potencialmente uma remuneração mais alta. O investimento em fundos pode implicar a perda do capital investido caso o fundo não seja de capital garantido.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O fundo investe numa perspetiva global, com predominância nos mercados europeus e norte-americano e, complementarmente, nos mercados dos países da OCDE e de economias denominadas de emergentes.

O fundo investe em unidades de participação de outros fundos de investimento. Seguirá as seguintes alocações em termos do seu valor líquido global: máximo de 60% em obrigações e máximo de 100% em ações, sendo a componente acionista sempre superior a 35%.

O fundo não procura exposição preferencial a um país ou setor de atividade e poderá utilizar instrumentos derivados para aumento de exposição, podendo daí advir um risco adicional, que não pode exceder, a todo o momento, 100% da perda potencial máxima a que o património do fundo, sem instrumentos financeiros derivados, estaria exposto.

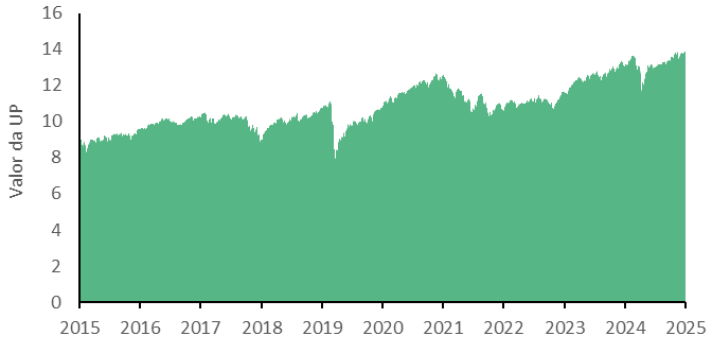
A estratégia de investimento do fundo segue uma gestão ativa, não considerando nenhum parâmetro de referência. A entidade responsável pela gestão escolherá, de entre os instrumentos financeiros, aqueles que em cada momento entender que melhor potenciam a rentabilidade do Fundo, em cada classe de ativos em que investe os seus capitais, privilegiando entidades que adotam as melhores práticas ao nível do Governo, Direitos Humanos e Ambiente, no universo de investimento.

EVOLUÇÃO DO FUNDO

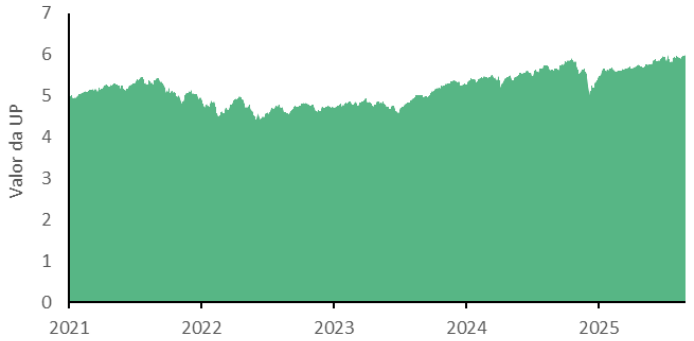
As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura. As rendibilidades anualizadas divulgadas só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência.

Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos.

Categoria A



Categoria R



EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP

	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2025
IMGA ALOCAÇÃO DINÂMICA CAT A					
Nº. UP´s em circulação	6 563 728,2235	7 159 216,3532	6 543 113,8479	6 008 889,0618	6 020 788,5989
Valor Unitário UP (Euro)	12,5811	10,5966	11,6509	13,0398	13,9177
IMGA ALOCAÇÃO DINÂMICA CAT R					
Nº. UP´s em circulação	200,4009	2 255,7639	832,9158	29 959,8525	32 594,5241
Valor Unitário UP (Euro)	5,4137	4,5564	5,0147	5,6149	5,9930

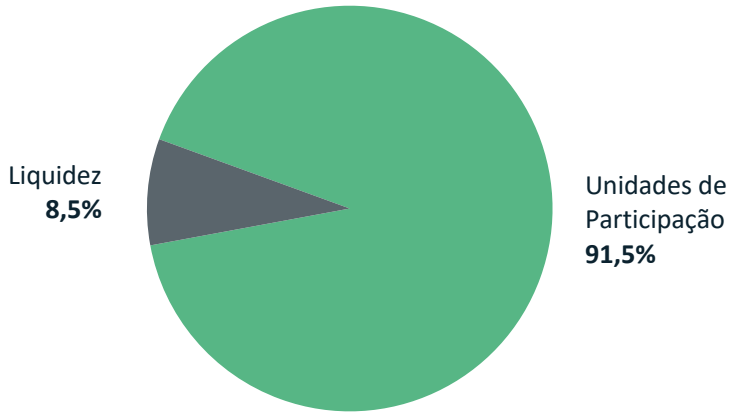
DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÓNIO

(valores em euro)

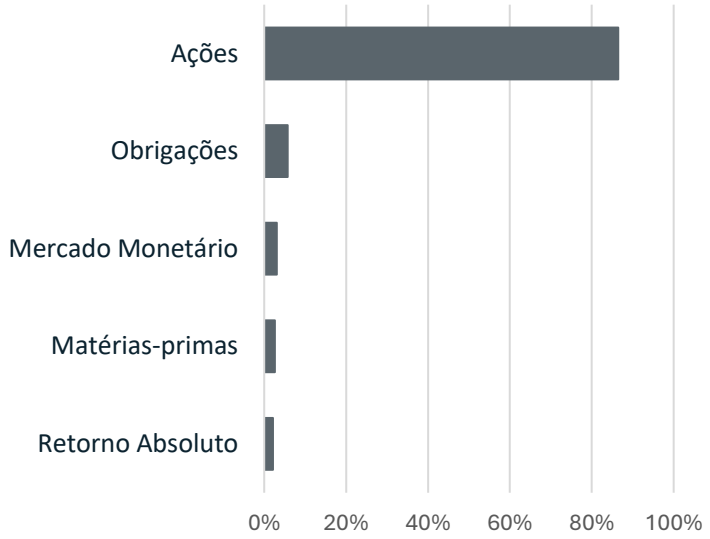
	31.12.2025
Valores mobiliários	81 508 383
Saldos bancários	3 021 013
Outros ativos	1 783 497
Total dos ativos	86 312 893
Passivos	2 322 160
Valor Líquido de Inventário	83 990 733

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

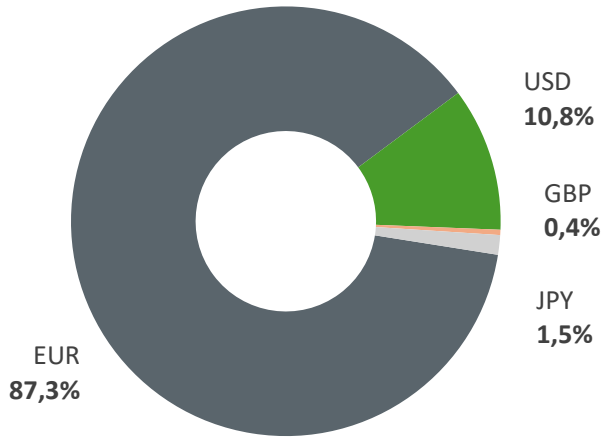
Carteira Ativos



Unidades de Participação



Exposição Cambial



Notas Informativas

TÍTULOS EM CARTEIRA

(valores em euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais-valias	Menos-valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA	%
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	73 042 427	9 346 691	880 734	81 508 383	-	81 508 383	100%
TOTAL	73 042 427	9 346 691	880 734	81 508 383	-	81 508 383	100%

INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS

(valores em euro)

Rendimentos	
Rendimentos do investimento	195 934
Outros investimentos	52 983
Mais-valias de investimento	24 353 963
Custos	
Custos de gestão	(1 150 106)
Custos de depósito	(39 657)
Outros encargos, taxas e impostos	(195 542)
Menos-valias de investimentos	(18 046 434)
Lucro líquido	5 171 140
Lucros distribuídos	-

Aumento ou diminuição da conta de capital	
Subscrições	10 055 099
Resgates	(9 758 393)

Notas Informativas

VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP

(valores em euro)

	IMGA ALOCAÇÃO DINÂMICA CAT A		IMGA ALOCAÇÃO DINÂMICA CAT R	
	Valor Líquido	Valor Unitário da UP	Valor Líquido	Valor Unitário da UP
31.12.2023	76 232 777	11,6509	4 177	5,0147
31.12.2024	78 354 667	13,0398	168 220	5,6149
31.12.2025	83 795 394	13,9177	195 339	5,9930

OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

(valores em euro)

Descritivo	31.12.2024	Compras	Vendas	+/- Valias	31.12.2025
Operações Cambiais	(4 609 492)	40 179 961	(31 834 234)	22 223	3 758 457
Operações sobre Taxas de Juro	5 795 099	76 454 175	(72 393 477)	103 824	9 959 622
Operações sobre Índices	1 667 692	94 001 426	(93 272 362)	171 227	2 567 983

Balanço

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores em EUR) Data: **31.12.2025**

ATIVO

Código	Designação	31.12.2025 Bruto	Mv	mv/P	Líquido	31.12.2024 Líquido
	Outros Ativos					
32	Ativos Fixos Tangíveis das SIM					
33	Ativos Intangíveis das SIM					
	Total de Outros Ativos das SIM					
	Carteira de Títulos					
21	Obrigações					
22	Ações					
23	Outros Títulos de Capital					
24	Unidades de Participação	73 042 427	9 346 691	(880 734)	81 508 383	75 531 284
25	Direitos					
26	Outros Instrumentos da Dívida					
	Total da Carteira de Títulos	73 042 427	9 346 691	(880 734)	81 508 383	75 531 284
	Outros Ativos					
31	Outros ativos					
	Total de Outros Ativos					
	Terceiros					
411+...+418	Contas de Devedores	1 783 018			1 783 018	2 598 518
	Total dos Valores a Receber	1 783 018			1 783 018	2 598 518
	Disponibilidades					
11	Caixa					
12	Depósitos à Ordem	3 021 013			3 021 013	1 203 129
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso					
14	Certificados de Depósito					
18	Outros Meios Monetários					
	Total das Disponibilidades	3 021 013			3 021 013	1 203 129
	Acréscimos e diferimentos					
51	Acréscimos de Proveitos	479			479	474
52	Despesas com Custo Diferido					
53	Outros acréscimos e diferimentos					
59	Contas transitórias ativas					
	Total do Acréscimos e Diferimentos Ativos	479			479	474
	TOTAL DO ATIVO	77 846 937	9 346 691	(880 734)	86 312 893	79 333 405
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação - Classe A				6 020 789	6 008 889
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação - Classe R				32 595	29 960

PASSIVO

Código	Designação	Períodos 31.12.2025	31.12.2024
	Capital do OIC		
61	Unidades de Participação	30 142 679	30 074 448
62	Variações Patrimoniais	31 136 478	30 908 003
64	Resultados Transitados	17 540 436	8 900 258
65	Resultados Distribuídos		
67	Dividendos Antecipados das SIM		
66	Resultados Líquidos do Período	5 171 140	8 640 178
	Total do Capital do OIC	83 990 733	78 522 887
	Provisões Acumuladas		
481	Provisões para Encargos		
	Total das Provisões Acumuladas		
	Terceiros		
421	Resgates a Pagar a Participantes	79 164	153 490
422	Rendimentos a Pagar a Participantes		
423	Comissões a Pagar	110 704	111 599
424+...+429	Outras contas de Credores	2 120 102	542 492
43+12	Empréstimos Obtidos		
44	Pessoal		
46	Acionistas		
	Total dos Valores a Pagar	2 309 970	807 580
	Acréscimos e diferimentos		
55	Acréscimos de Custos	11 712	2 460
56	Receitas com Proveito Diferido		
58	Outros Acréscimos e Diferimentos	478	478
59	Contas transitórias passivas		
	Total do Acréscimos e Diferimentos Passivos	12 191	2 938
	TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO	86 312 893	79 333 405
	Valor Unitário da Unidade Participação - Classe A	13.9177	13.0398
	Valor Unitário da Unidade Participação - Classe R	5.9930	5.6149

Balanço

(Valores em EUR) Data: 31.12.2025

DIREITOS SOBRE TERCEIROS

Código	Designação	Períodos 31.12.2025	31.12.2024
	Operações Cambiais		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros	3 758 457	
	Total	3 758 457	
	Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros	9 959 622	6 405 120
	Total	9 959 622	6 405 120
	Operações Sobre Cotações		
934	Opções		
935	Futuros	4 489 234	2 855 785
	Total	4 489 234	2 855 785
	Compromissos de Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
944	Valores cedidos em garantia		
945	Empréstimos de títulos		
	Total		
	TOTAL DOS DIREITOS	18 207 313	9 260 905
99	*CONTAS DE CONTRAPARTIDA*	1 921 251	6 407 606

RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS

Código	Designação	Períodos 31.12.2025	31.12.2024
	Operações Cambiais		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		4 609 492
	Total		4 609 492
	Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		610 021
	Total		610 021
	Operações Sobre Cotações		
934	Opções		
935	Futuros	1 921 251	1 188 093
	Total	1 921 251	1 188 093
	Compromissos Com Terceiros		
941	Subscrição de títulos		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
943	Valores cedidos em garantia		
	Total		
	TOTAL DAS RESPONSABILIDADES	1 921 251	6 407 606
99	*CONTAS DE CONTRAPARTIDA*	18 207 313	9 260 905

Demonstração de Resultados

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025

Demonstração de Resultados

CUSTOS E PERDAS			
		Períodos	
Código	Designação	31.12.2025	31.12.2024
	Custos e Perdas Correntes		
	Juros e Custos Equiparados		
711+718	De Operações Correntes	1 038	8
719	De Operações Extrapatrimoniais		
	Comissões e Taxas		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	90 246	41 610
724+…+728	Outras Operações Correntes	1 201 950	1 164 037
729	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras		
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	2 151 239	1 905 410
731+738	Outras Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais	15 895 195	10 984 893
	Impostos		
7411+7421	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais		
7412+7422	Impostos Indirectos	87 043	86 126
7418+7428	Outros impostos		
	Provisões do Exercício		
751	Provisões para Encargos		
77	Outros Custos e Perdas Correntes	5 029	4 920
	Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)	19 431 740	14 187 004
79	Outros custos e perdas das SIM		
	Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)		
	Custos e Perdas Eventuais		
781	Valores Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias		
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores		
788	Outras Custos e Perdas Eventuais		
	Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)		
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício		
66	**Resultado Líquido do Período (se>0)**	5 171 140	8 640 178
	TOTAL	24 602 880	22 827 182

PROVEITOS E GANHOS			
		Períodos	
Código	Designação	31.12.2025	31.12.2024
	Proveitos e Ganhos Correntes		
	Juros e Proveitos Equiparados		
812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos		
811+814+827+818	De Operações Correntes	27 710	34 375
819	De Operações Extrapatrimoniais		
	Rendimento de Títulos		
822+…+824+825	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	168 224	159 417
829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Ganhos em Operações Financeiras		
832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	10 205 100	10 736 249
831+838	Outras Operações Correntes		
839	Em Operações Extrapatrimoniais	14 148 863	11 883 464
	Reposição e Anulação de Provisões		
851	Provisões para Encargos		
87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	2	0
	Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)	24 549 899	22 813 505
89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
	Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)		
	Proveitos e Ganhos Eventuais		
881	Recuperação de Incobráveis		
882	Ganhos Extraordinários		13 547
883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores	52 220	
888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	761	129
	Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)	52 981	13 676
66	**Resultado Líquido do Período (se<0)**		
	TOTAL	24 602 880	22 827 182

(8*2/3/4/5)-(7*2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	8 131 839	8 948 646	F - E	Resultados Eventuais	52 981	13 676
8*9 - 7*9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	(1 746 332)	898 571	B+D+F-A-C-E+74	Resultados Antes do Imposto s/ Rendimento	5 171 140	8 640 178
B-A	Resultados Correntes	5 118 159	8 626 502	B+D+F-A-C-E+7411/8+7421/8	Resultados Líquidos do Período	5 171 140	8 640 178

Demonstração de Fluxos de Caixa

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	31-dez-25		31-dez-24	
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC				
RECEBIMENTOS:		10 055 099		8 628 939
Subscrição de unidades de participação	10 055 099		8 628 939	
PAGAMENTOS:		9 832 719		15 284 012
Resgates de unidades de participação	9 832 719		15 284 012	
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		222 380		(6 655 073)
OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS				
RECEBIMENTOS:		90 187 126		59 999 653
Venda de títulos e outros ativos	1 820 976		67 410	
Resgates de unidades de participação noutros OIC	88 197 926		59 772 826	
Rendimento de títulos e outros ativos	168 224		159 417	
PAGAMENTOS:		86 708 901		52 856 076
Compra de títulos e outros ativos	2 798 454		66 150	
Subscrições de unidades de participação noutros OIC	83 819 510		52 747 608	
Comissões de corretagem	88 185		39 525	
Outras taxas e comissões	110		282	
Outros pagamentos relacionados com a carteira	2 643		2 511	
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		3 478 224		7 143 577
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS				
RECEBIMENTOS:		49 426 063		25 321 808
Operações cambiais	2 665 573		2 253 200	
Operações de taxa de juro	1 988 566		4 642 691	
Operações sobre cotações	9 124 140		4 139 551	
Margem inicial em contratos de futuros e opções	15 529 153		4 006 642	
Outros recebimentos de operações a prazo e de divisas	20 118 630		10 279 724	
PAGAMENTOS:		50 096 858		25 400 020
Operações cambiais	3 139 989		2 309 416	
Operações de taxa de juro	1 963 742		4 843 499	
Operações sobre cotações	8 781 735		3 725 627	
Margem inicial em contratos de futuros e opções	15 707 561		4 099 547	
Outros pagamentos de operações a prazo e de divisas	20 503 832		10 421 931	
Fluxo das operações a prazo e de divisas		(670 795)		(78 212)
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE				
RECEBIMENTOS:		27 710		34 375
Juros de depósitos bancários	27 710		34 375	
PAGAMENTOS:		1 292 616		1 241 978
Juros devedores de depósitos bancários	1 979		11	
Comissão de gestão	1 193 197		1 149 596	
Comissão de depósito	41 064		39 804	
Taxa de supervisão	11 088		11 705	
Impostos e taxas	45 288		40 862	
Fluxo das operações de gestão corrente		(1 264 907)		(1 207 603)
OPERAÇÕES EVENTUAIS				
RECEBIMENTOS:		52 981		13 676
Ganhos extraordinários	52 981		13 676	
Fluxo das operações eventuais		52 981		13 676
SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)		**1 817 884**		**(783 636)**
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (B)		**1 203 129**		**1 986 765**
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (C)=(B)+(A)		**3 021 013**		**1 203 129**

Anexo às Demonstrações Financeiras

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025

INTRODUÇÃO

A constituição do IMGA Alocação Dinâmica – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (OIC) foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 14 de agosto de 1995, tendo iniciado a sua atividade nessa data. É um Organismo de Investimento Coletivo, constituído por tempo indeterminado, e tem como finalidade proporcionar aos seus participantes um nível de rentabilidade a médio/longo prazo com prémio sobre os instrumentos de mercado monetário, através do investimento equilibrado (direta ou indiretamente) em instrumentos financeiros de caraterísticas diversificadas em termos de classes de ativos, áreas geográficas e divisas.

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo Banco Comercial Português, S.A.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.

1. CAPITAL DO OIC

O OIC é um organismo de investimento coletivo aberto cujo património autónomo é representado por partes, sem valor nominal, que se designam unidades de participação, as quais conferem direitos idênticos aos participantes.

O valor da unidade de participação, para efeitos de constituição do OIC, foi de mil escudos cada (quatro euros e noventa e nove cêntimos) para a Categoria A e de cinco euros para as Categorias I e R.

O valor da unidade de participação para efeitos de subscrição é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

O valor da unidade de participação para efeitos de resgate é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

(Valores em Euro)

Descrição	31-12-2024	Subscrições		Resgates		Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	31-12-2025
		Categoria A	Categoria R	Categoria A	Categoria R				
Valor base	30 074 448	3 754 417	13 147	(3 699 333)	-				30 142 679
Diferença p/Valor Base	30 908 003	6 285 105	2 430	(6 059 060)	-				31 136 478
Resultados distribuídos	-								-
Resultados acumulados	8 900 258						8 640 178		17 540 436
Resultados do período	8 640 178						(8 640 178)	5 171 140	5 171 140
SOMA	78 522 887	10 039 522	15 577	(9 758 393)	-	-	-	5 171 140	83 990 733
Nº de Unidades participação									
Categoria A	6 008 889	753 249		(741 349)					6 020 789
Categoria R	29 960		2 635		-				32 595
Valor Unidade participação									
Categoria A	13.0398								13.9177
Categoria R	5.6149								5.9930

Em 31 de dezembro de 2025 existiam 4 753 unidades de participação com pedidos de resgate em curso.

O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

		Categoria A			Categoria R			Total	
	Data	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2025	31-12-25	13.9177	83 795 394	6 020 789	5.9930	195 339	32 595	83 990 733	6 053 383
	30-09-25	13.4131	79 656 513	5 938 746	5.7755	178 266	30 866	79 834 779	5 969 612
	30-06-25	13.0251	78 072 815	5 994 070	5.6083	173 106	30 866	78 245 921	6 024 936
	31-03-25	12.8347	77 082 509	6 005 793	5.5264	170 578	30 866	77 253 087	6 036 660
Ano 2024	31-12-24	13.0398	78 354 667	6 008 889	5.6149	168 220	29 960	78 522 887	6 038 849
	30-09-24	12.8893	77 717 731	6 029 664	5.5500	161 127	29 032	77 878 858	6 058 696
	30-06-24	12.6319	76 585 502	6 062 889	5.4391	6 921	1 272	76 592 423	6 064 162
	31-03-24	12.4880	78 112 589	6 255 039	5.3769	6 643	1 235	78 119 231	6 256 274
Ano 2023	31-12-23	11.6509	76 232 777	6 543 114	5.0147	4 177	833	76 236 954	6 543 947
	30-09-23	10.9990	74 380 261	6 762 481	4.7302	12 721	2 689	74 392 982	6 765 170
	30-06-23	11.2296	77 772 962	6 925 738	4.8296	12 988	2 689	77 785 950	6 928 428
	31-03-23	10.9697	77 154 425	7 033 451	4.7175	13 625	2 888	77 168 050	7 036 339

Em 31 de dezembro de 2025, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	N.º participantes	
	Categoria A	Categoria R
UPs ≥ 25%	-	1
10% ≤ UPs < 25%	-	-
5% ≤ UPs < 10%	-	-
2% ≤ UPs < 5%	-	5
0.5% ≤ UPs < 2%	14	-
UPs < 0.5%	4 178	2
TOTAL	4 192	8

2. TRANSAÇÕES DE VALORES MOBILIÁRIOS NO PERÍODO

O volume de transações do exercício de 2025, por tipo de valor mobiliário, aferido pelo preço de realização dos respetivos negócios é o seguinte:

(Valores em Euro)

Descrição	Compra (1)		Vendas (2)		Total (1) + (2)	
	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado
Futuros	210 635 562	-	197 500 073	-	408 135 636	-
Opções	6 486 225	-	4 217 575	-	10 703 800	-
Unidades de Participação	214 237 372	-	222 730 561	-	436 967 933	-

Os montantes de subscrições e resgates, bem como os respetivos valores cobrados a título de comissões de subscrição e resgate decompõem-se como se segue:

(Valores em Euro)

Descritivo	Valor (Nota 1)	Comissões
Subscrições	10 055 099	-
Resgates	9 758 393	-

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 31 de dezembro de 2025, esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO						
OIC domiciliados em Portugal						
IMGA Ações América - CAT I	779 506	449 078	-	1 228 584	-	1 228 584
IMGA European Equities - CAT I	583 005	959 264	-	1 542 269	-	1 542 269
IMGA Money Market - CAT I	2 500 321	2 485	-	2 502 806	-	2 502 806
	3 862 831	1 410 828	-	5 273 659	-	5 273 659
OIC domiciliados Estado membro UE						
AB SICAV I - Select Absolute Alpha Portfolio (1)	1 652 465	59 709	-	1 712 174	-	1 712 174
AB SICAV I-Int Healt Care I Eur	811 821	-	(46 700)	765 121	-	765 121
Algebris UCITS Funds plc-Algebris Financial Credit	299 848	26 720	-	326 569	-	326 569
Alma Eikoh Japan Large Cap Equity	611 917	39 865	-	651 782	-	651 782
Carmignac Portfolio- Long-Short European Equities	1 591 483	93 526	-	1 685 010	-	1 685 010
DWS Invest-CROCI Japan	618 679	108 389	(66 248)	660 821	-	660 821
Fisher Invts Instl US Small & Mid-Cap Core Eq USD	751 818	20 857	(72 545)	700 130	-	700 130
GAMCO International SICAV - Merger Arbitrage - I	1 221 533	77 989	-	1 299 522	-	1 299 522
JAN HND PAN EUR- H EUR ACC	1 572 627	560 484	-	2 133 111	-	2 133 111
Janus Hend-MLT SC INC-H2 HEU	395 350	8 747	-	404 097	-	404 097
Janus Henderson GLB-Life Scienc FD H2 EUR	820 089	41 449	-	861 538	-	861 538
LAZARD EURO CORP HI YID-PVC	656 209	34 486	-	690 694	-	690 694
New Capital US Small Cap Growth USD Inst Acc	780 821	39 230	(81 272)	738 779	-	738 779
Ostrum SRI Credit Ultra Short Plus N1 Cap	361 286	29 762	-	391 048	-	391 048
BlackRock Strategic Funds-Americas Diversified Equity Absolute Return	512 513	5 350	-	517 863	-	517 863
DWS Invest - Artificial Intelligence US	1 775 069	320 169	(101 634)	1 993 604	-	1 993 604
Fidelity-Usd Bnd-I Acc Eur H	395 000	6 142	-	401 142	-	401 142
Henderson Gart -UK AB RE-IEAH	421 649	14 038	-	435 686	-	435 686
Invesco-Asia Equity-Z Eur ACC	962 339	214 613	-	1 176 952	-	1 176 952
JPM Japan Equity (C) ACC EUR	609 383	27 847	-	637 230	-	637 230
Magna New Frontiers FD-G Eur	866 612	335 348	-	1 201 960	-	1 201 960
PIMCO GIS-INCOME FUND-INSEHA	394 750	12 023	-	406 772	-	406 772
THREADNEEDLE (LUX) AMER SML COM FD IE EU	713 316	-	(21 829)	691 487	-	691 487
WELLINGTON EURO HIGH YIELD BD FD S EUR	539 854	24 951	-	564 804	-	564 804
Wellington Strategic European EQ-S EUR AC	1 414 078	647 579	-	2 061 658	-	2 061 658
AMUNDI MSCI EUROPE UCITS DR	9 129 686	683 330	-	9 813 016	-	9 813 016
AMUNDI MSCI JAPAN-ACC_ETF	418 660	374	-	419 034	-	419 034
Amundi ETF MSCI Emerging Markets	3 124 052	305 639	-	3 429 691	-	3 429 691
Amundi MSCI AC Asia Pacific Ex Japan	2 047 703	-	(5 913)	2 041 790	-	2 041 790
JPMorgan E Europe Res Enh Idx Eqty Es ETF	8 256 371	555 949	-	8 812 320	-	8 812 320
JPMorgan E US Research Enh Idx Eqty ETF	5 500 454	981 671	(431 685)	6 050 440	-	6 050 440
L&G CYBER SECURITY UCITS ETF	424 830	-	(29 851)	394 979	-	394 979
Lyxor ETF S&P 500-A	8 638 052	1 214 576	-	9 852 628	-	9 852 628
Vanguard S&P 500 UCITS ETF	2 560 640	1 104 439	-	3 665 079	-	3 665 079
X IE Physical Gold Etc Eur	1 951 819	160 616	-	2 112 435	-	2 112 435
	62 802 773	7 755 867	(857 677)	69 700 964	-	69 700 964
OIC domiciliados E. não membro UE						
BARING CAP EU HIGH YLD-B EUR	656 559	29 997	-	686 557	-	686 557
IShares MSCI ERP MID CAP-ACC	4 923 432	111 346	-	5 034 778	-	5 034 778
Ishares JPM EM LCL GOV BND	796 831	38 652	(23 057)	812 426	-	812 426
	6 376 822	179 995	(23 057)	6 533 760	-	6 533 760
TOTAL	**73 042 427**	**9 346 691**	**(880 734)**	**81 508 383**	**-**	**81 508 383**

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades durante o exercício findo em 2025, foi o seguinte:

(Valores em Euro)

Descritivo	31-12-2024	Aumentos	Reduções	31-12-2025
Depósitos à ordem	1 203 129	149 748 978	147 931 094	3 021 013
TOTAL	1 203 129	149 748 978	147 931 094	3 021 013

4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através do Decreto-Lei nº 27/2023, de 28 de abril, o qual aprova o novo Regime da Gestão de Ativos.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica "Juros e proveitos equiparados".

Carteira de Títulos e Valorização das unidades de participação

a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.

b) O valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora portuguesa, sendo este o momento de referência para o cálculo.

c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.

d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.

e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.

f) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:

   a) As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.

g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.

h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:

   a) As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários;

   b) Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada.

i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.

j) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

Impostos

O regime fiscal aplicável aos organismos de investimento coletivo (estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de janeiro, alterado pela Retificação n.º 12/2015, de 11 de março), assenta num método de tributação dos rendimentos "à saída", ou seja, a tributação é essencialmente na esfera dos participantes.

O OIC, ainda assim, encontra-se sujeito à taxa geral de IRC sobre o seu resultado líquido apurado em cada exercício, expurgado, contudo, os rendimentos (e respetivos gastos associados) de capitais, prediais e mais-valias, tal como qualificados para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (desde que os mesmos não sejam provenientes de entidades com residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, situação em que serão tributados). Não relevam, igualmente, para efeitos de determinação do lucro tributável os rendimentos, incluindo descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para os fundos de investimento mobiliário, bem como os gastos não dedutíveis previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC.

No que respeita ao Imposto do Selo, os fundos são tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0125%, por trimestre.

Desde 1 de janeiro de 2019, passaram a encontrar-se sujeitas a imposto do selo, à taxa de 4% as comissões de gestão e depósito, suportadas pelo fundo e as comissões de subscrição e reembolso, suportadas pelos participantes.

5. COMPONENTES DO RESULTADO DO FUNDO

Os componentes do resultado do Fundo (Proveitos) são os seguintes:

(Valores em Euro)

Natureza	Ganhos de Capital			Ganhos de Juros		Rendimento de títulos	Soma
	Mais valias potenciais	Mais valias efectivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros decorridos		
OPERAÇÕES "À VISTA"							
Direitos	-	402 191	402 191	-	-	-	-
Unidades de participação	5 704 919	4 097 990	9 802 909	-	-	168 224	168 224
Depósitos	-	-	-	27 231	479	-	27 710
OPERAÇÕES A PRAZO							
Cambiais							
Spots	-	370 583	370 583	-	-		-
Futuros de moeda	-	2 665 573	2 665 573	-	-		
Taxa de Juro							
Futuros	-	1 988 566	1 988 566	-	-		-
Cotações							
Futuros	-	9 124 140	9 124 140	-	-		-
TOTAL	5 704 919	18 649 044	24 353 963	27 231	479	168 224	195 934

Os componentes do resultado do Fundo (Custos) são os seguintes:

(Valores em Euro)

Natureza	Perdas de Capital			Juros e Comissões Suportados		
	Menos valias potenciais	Menos valias efectivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros decorridos	Soma
OPERAÇÕES "À VISTA"						
Direitos	-	1 377 739	1 377 739	-	-	-
Unidades de participação	140 541	632 958	773 500	-	-	-
Depósitos	-	-	-	1 038	-	1 038
OPERAÇÕES A PRAZO						
Cambiais						
Spots	-	2 009 730	2 009 730	-	-	-
Futuros de moeda	-	3 139 989	3 139 989	-	-	
Taxa de Juro						
Futuros	-	1 963 742	1 963 742	-	-	-
Cotações						
Futuros	-	8 781 735	8 781 735	-	-	-
COMISSÕES						
de Gestão	-	-	-	1 150 106	-	1 150 106
de Depósito	-	-	-	39 657	-	39 657
de Supervisão	-	-	-	11 495	-	11 495
de Carteira de títulos	-	-	-	90 246	-	90 246
Outras	-	-	-	691	-	691
TOTAL	140 541	17 905 892	18 046 434	1 293 234	-	1 293 234

9. DISCRIMINAÇÃO DOS IMPOSTOS SOBRE MAIS-VALIAS E RETENÇÕES NA FONTE

À data de 31 de dezembro de 2025 os impostos sobre mais-valias e retenções na fonte têm a seguinte decomposição:

(Valores em Euro)

Descritivo	31-12-2025	31-12-2024
Impostos indiretos:		
Imposto do Selo	87 043	86 126
TOTAL	87 043	86 126

10. RESPONSABILIDADES

A 31 de dezembro de 2025, o OIC tem acordado junto do Millenium BCP uma facilidade de limite máximo de descoberto intradiário na conta corrente no valor de €500.000, a qual não se encontra a ser utilizada, constituindo-se, assim, como uma responsabilidade potencial.

11. EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

Em 31 de dezembro de 2025, as posições cambiais mantidas pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

(valores em Euro)

Moedas	À Vista	A Prazo					Posição Global
		Forward	Futuros	Swaps	Opções	Total a prazo	
CHF	895	-	-	-	-	-	895
DKK	294	-	-	-	-	-	294
GBP	277 466	-	-	-	-	-	277 466
JPY	217 458 625	-	-	-	-	-	217 458 625
SEK	991	-	-	-	-	-	991
USD	14 612 743	-	4 416 188	-	-	4 416 188	19 028 930
Contravalor Euro	13 936 707	-	3 758 457	-	-	3 758 457	17 695 165

12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 31 de dezembro de 2025, os ativos com taxa de juro fixa detidos pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extrapatrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	-	-	-	-	-	-
de 1 a 3 anos	-	-	-	-	-	-
de 3 a 5 anos	-	-	-	1 489 149	-	1 489 149
de 5 a 7 anos	-	-	-	-	-	-
mais de 7 anos	-	-	-	8 470 473	-	8 470 473

13. EXPOSIÇÃO AO RISCO COTAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2025, a exposição ao risco de cotações pode resumir-se da seguinte forma

(Valores em Euro)

AÇÕES E VALORES SIMILARES	MONTANTE (Euros)	EXTRA-PATRIMONIAIS		SALDO
		Futuros	Opções	
Ações	-	2 567 983	-	2 567 983
Direitos	-	-	-	-

14. EXPOSIÇÃO GLOBAL EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

O cálculo da exposição em instrumentos financeiros derivados é efetuado através do método dos compromissos, nos termos do artigo 187º do Decreto-Lei nº 27/2023.

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante o período findo em 31 de dezembro de 2025 apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euro)

Custos	Categoria A		Categoria R	
	Valor	%VLGF (1)	Valor	%VLGF (1)
Comissão de Gestão Fixa	1 189 355	1.50%	2 659	1.50%
Comissão de Depósito	41 152	0.05%	92	0.05%
Taxa de Supervisão	11 469	0.01%	26	0.01%
Custos de Auditoria	5 016	0.01%	11	0.01%
Encargos outros OIC	428 400	0.54%	958	0.54%
Imposto de selo sobre o valor do OIC	39 840	0.05%	89	0.05%
Outros Custos Correntes	3 584	0.00%	8	0.00%
TOTAL	1 718 816		3 843	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES	2.17%		2.17%	

(1) Percentagens calculadas sobre a média diária do valor do Fundo relativa ao período de referência anualizada

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025

Divulgação periódica ao abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Nome do Produto: **IMGA Alocação Dinâmica**
Identificador de entidade jurídica (Código LEI): **549300S0WSCPTLW7RP13**
Código do fundo (CMVM): **251**

Por "Investimento Sustentável" deve entender-se um investimento numa atividade económica que contribui para um objetivo ambiental ou social, desde que esse investimento não prejudique significativamente nenhum objetivo ambiental ou social e as empresas beneficiárias do investimento respeitem práticas de boa governação.

A **taxonomia da UE** é um Sistema de classificação previsto no Regulamento (UE) 2020/852, que **estabelece uma lista de atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.** O referido regulamento não inclui uma lista de atividades económicas socialmente sustentáveis. Os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental podem estar harmonizados ou não com a taxonomia.

Características ambientais e/ou sociais

Este produto financeiro tem um objetivo de investimento sustentável?

☐ **Sim**	[x] **Não**
☐ Realizou **investimentos sustentáveis com objetivo ambiental: ___%**	[x] **Promoveu características ambientais/sociais (A/S)** e, apesar de não ter como objetivo a realização de um investimento sustentável, consagrou uma percentagem mínima de 1% a investimentos sustentáveis
☐ em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE	☐ com um objetivo ambiental em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE
☐ em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE	[x] em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE
	[x] com um objetivo social
☐ Realizou **investimentos sustentáveis com objetivo social: ___%**	☐ Promoveu características (A/S), mas **não realizou quaisquer investimentos sustentáveis**

Em que medida foram alcançadas as características ambientais e/ou sociais promovidas por este produto financeiro?

A IMGA, na gestão do Fundo, tem em conta critérios financeiros e de sustentabilidade de forma a integrar critérios ambientais, sociais e de boa governação nos seus investimentos. Para este efeito recorre a análises, classificações de rating ESG e dados de fornecedores externos independentes.

Salientamos que, apesar da divulgação de indicadores de sustentabilidade por parte das empresas ter vindo a melhorar nos últimos anos, esta informação ainda é limitada para diversos indicadores, tanto ao nível da sustentabilidade ambiental como social.

À data de preparação deste relatório o Fundo estava investido 100% em fundos de investimento e ETFs.

A maioria dos fundos de investimento em carteira encontram-se classificados ao abrigo do artigo 8º do SFDR, não obstante a informação relativamente à exposição da carteira aos indicadores analisados é limitada, pelo que é considerada a informação prevista para estes fundos de acordo com a sua

política de investimento em termos de sustentabilidade, nomeadamente no que refere aos limites mínimos a que se comprometem de investimento em entidades alinhadas com características A/S e/ou sustentáveis.

Qual foi o desempenho dos indicadores de sustentabilidade?

Para a carteira de fundos de investimento, a sua composição em termos ESG no final de 2025 era a seguinte:

	Enquadramento SFDR	Nível de Cobertura				Promoção Características A/S		Sustentáveis	
		Nº Fundos	Nº Fundos Analisados	% Ativos	% Fundos Analisados	Média por fundo(1)	Contribuição para a Carteira	Média por fundo(1)	Contribuição para a Carteira
Fundos/ETFs	artº 6º	11	-	43,4%	-	-	-	-	-
	artº 8º	30	30	56,6%	56,6%	66,6%	36,9%	22,4%	7,6%
	artº 9º	0	0	0,0%	0,0%	-	-	-	-
	n.d.	0	0	0,0%	0,0%	-	-	-	-
	TOTAL	**41**	**30**	**100,0%**	**56,6%**	**66,6%**	**36,9%**	**22,4%**	**7,6%**

(1) Média dos fundos cobertos

Em resumo, a carteira de ativos é composta em cerca de 100% por fundos de investimento, 56,6% constituídos ao abrigo do artigo 8º do Regulamento SFDR, isto é, como objetivo de promoção de características A/S através do investimento mínimo, em média, de cerca de 66,6% das suas carteiras de ativos em entidades considerados alinhados com características A/S e cerca de 22,4% dos seus ativos em entidades sustentáveis. Para o Fundo, estes investimentos contribuíram, respetivamente, em 36,9% para a percentagem de ativos considerados alinhados com características A/S e 7,6% para a percentagem de ativos considerados sustentáveis.

Os fundos de investimento constituídos ao abrigo do artigo 6º do mesmo Regulamento, ou seja, sem objetivos de promoção de características A/S e sem objetivo de investir apenas em ativos considerados sustentáveis do ponto de vista ambiental e/ou social, representavam cerca de 43,4% da carteira de ativos. Tratando-se de fundo artigo 6º, a sua contribuição para ambas as componentes "Promoção de Características A/S" e "Sustentáveis" é nula.

… e em relação a períodos anteriores?

A evolução do investimento em fundos com objetivo de promoção de características A/S ou sustentáveis foi a seguinte:

		2024			2025		
	Enquadramento SFDR	% Ativos	Promoção Características A/S	Sustentáveis	% Ativos	Promoção Características A/S	Sustentáveis
Fundos/ETFs	artº 6º	56,5%	-	-	43,4%	-	-
	artº 8º	39,8%	28,9%	5,3%	56,6%	36,9%	7,6%
	artº 9º	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	n.d.	1,2%	-	-	0,0%	-	-
	TOTAL	**97,5%**	**28,9%**	**5,3%**	**100,0%**	**36,9%**	**7,6%**

A exposição a fundos de investimento manteve-se em linha com o ano anterior, no entanto a exposição a fundos constituídos ao abrigo do artigo 8º aumentou por contrapartida de fundos artigo 8º do SFDR, o que originou um aumento dos investimentos em entidades alinhadas com características A/S e dos investimentos sustentáveis.

- ***Quais foram os objetivos de investimento sustentáveis que o produto financeiro alcançou em parte e de que forma o investimento sustentável contribuiu para esses objetivos?***

  Tendo em vista a estratégia, política e objetivo do fundo, a IMGA procurou o investimento em entidades que permitissem maximizar a rendibilidade e, ao mesmo tempo, controlar o risco, nomeadamente os riscos relacionados com sustentabilidade.

  Para isso, e quanto à seleção de fundos de investimento e ETFs, a entidade gestora, durante o seu processo de investimento e *due-diligence* às sociedades gestoras dos OICs elegíveis, incorpora, conjuntamente com a análise ao comportamento do fundo, fatores ESG, procurando investir naqueles que, em igualdade de circunstâncias, considerem fatores de sustentabilidade quer ao nível do OIC quer ao nível da sociedade.

  Neste contexto, foram realizados diversos investimentos que permitiram ao fundo cumprir com os objetivos de investimento sustentável a que se comprometeu, tendo atingido os valores apresentados nos quadros anteriores.

- ***Por que razão é que os investimentos sustentáveis que o produto financeiro realizou em parte não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável em termos ambientais ou sociais?***

  A IMGA apenas são considera como sustentáveis emitentes com notações de rating ESG favoráveis e, que de acordo com a metodologia de análise dos fornecedores externos de research ESG, que incorporam objetivos em termos de sustentabilidade ambiental e/ou social e que não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável. Para além disso, de forma a garantir que os investimentos do Fundo considerados sustentáveis não prejudicam significativamente qualquer outro objetivo de investimento sustentável, são analisados diversos indicadores ambientais e sociais dos principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade, para os quais exista informação suficiente divulgada pela maioria dos emitentes alvo do investimento. Assim, para a componente de ativos diretos, foram considerados para este efeito os seguintes indicadores relacionados com:

  i. **Indicadores ambientais:** Emissões de gases com efeitos de estufa (emissões GEE), nomeadamente no que refere à intensidade dessas emissões face a um referencia setorial, impacto negativo em zonas sensíveis do ponto de vista da biodiversidade ou cujas atividades tenham impacto em espécies ameaçadas ou que provoquem a degradação dos solos, desertificação, impermeabilização dos solos ou que estejam significativamente envolvidas na fabricação de pesticidas e outros produtos agroquímicos.

     Relativamente aos emitentes governamentais foram analisados indicadores relacionados com a intensidade das emissões carbónicas.

  ii. **Indicadores sociais:** Também para os indicadores sociais se procura avaliar o alinhamento com normas mínimas aplicáveis a índices de referência da EU para a transição climática, nomeadamente o cumprimento dos princípios do Pacto Global das Nações Unidas ou as Diretrizes da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos para as empresas multinacionais, o envolvimento em quaisquer atividades relacionadas com armas controversas e produção de tabaco. Neste sentido não foram detetadas quaisquer situações de não cumprimento de qualquer princípio ou *guideline* previstos, bem como qualquer situação de envolvimento em atividades relacionadas com armar controversas ou com envolvimento significativo na produção de tabaco nos investimentos considerados sustentáveis.

     Para os emitentes governamentais foram analisados indicadores relacionados com a dispersão de rendimento entre a população, nomeadamente o coeficiente de Gini determinado pela OCDE, e indicadores os indicadores determinados pela organização não governamental Freddom House para as diversas componentes, nomeadamente liberdade de expressão, direitos humanos, corrupção, estabilidade política e estado de direito. Não são igualmente consideradas sustentáveis entidades onde sejam detetadas quaisquer situações de violação dos direitos humanos, normas laborais, diversidade e corrupção. Não foram ainda considerados sustentáveis os investimentos em países incluídos nas listas da EU, adotadas pelo Conselho em 17 de fevereiro de 2026, como se tratando de

jurisdições não cooperativas para fins fiscais. Para além destes são analisadas quaisquer investimento e entidades governamentais sujeitas a violações de cariz social.

Informação adicional sobre o cálculo destes indicadores está disponível em: declaracao_principais_impactos_negativos_sustentabilidade.pdf

Adicionalmente, de forma a garantir que os investimentos do Fundo considerados sustentáveis não prejudicam significativamente qualquer outro objetivo de investimento sustentável, a Sociedade utiliza critérios de exclusão, análise de controvérsias, bem como repondera positivamente nas suas decisões de investimento os emitentes identificados com baixos riscos materiais de exposição ambiental, social ou governação.
Os investimentos considerados como sustentáveis são analisados procurando detetar e analisar quaisquer situações de potencial incumprimento com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, incluindo os princípios e os direitos estabelecidos nas oito convenções fundamentais identificadas na Declaração da Organização Internacional do Trabalho relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e na Carte Internacional dos Diretos Humanos.

No entanto, o Fundo apenas se encontrava investido noutros OICs, alguns dos quais geridos pela IMGA e para os quais foram considerados os critérios acima referidos relativamente aos indicadores ambientais e sociais considerados para efeitos de cumprimento do princípio "*não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável"*.
Para os fundos geridos por outras sociedades gestoras, a IMGA incorpora na sua análise critérios de seleção ESG de forma a garantir que o princípio "*não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável"* é considerada por cada sociedade gestora dos fundos artigo 8º alvo de investimento, de acordo com a suas metodologias internas.

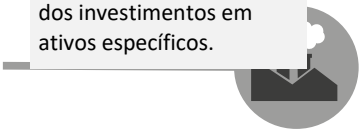
Os **principais impactos negativos** devem entender-se os impactos negativos mais significativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade nos domínios das questões ambientais, sociais e laborais, do respeito dos direitos humanos e da luta contra a corrupção e o suborno.

Como foram tidos em conta os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?
Numa primeira instância, os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade estão incorporados na análise da qual resulta a notação de rating ESG. Ainda, são considerados os indicadores relacionados com questões laborais, respeito pelos direitos humanos e luta contra a corrupção e suborno previstos nos princípios do UN Global Compact e nas diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais, bem como a exclusão de qualquer investimento em entidades que detenha a maioria das suas receitas em atividades relacionadas com o fabrico ou venda de armas controversas, nomeadamente minas antipessoais, munições de fragmentação, armas químicas e armas biológicas.
Adicionalmente, e de forma a verificar o cumprimento do princípio "Não prejudicar significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável" previsto no ponto anterior foram considerados os indicadores referidos.
Para o investimento através de fundos e ETFs, dependendo da metodologia adotada por cada sociedade gestora para aferição das métricas de sustentabilidade dos fundos sob sua gestão, podem ou não ser considerados os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade, sendo que os mesmo fazem parte das metodologias adotadas pela generalidade das sociedades gestoras para gestão dos fundos constituídos ao abrigo do artigo 8º do SFDR. Compete a cada sociedade gestora e para cada fundo gerido, consoante os seus objetivos em termos ESG determinar quais os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade mais relevantes para a análise, selecionando, para além dos indicadores mandatórios (indicadores sobre emissões de gases com efeito de estufa, proteção da biodiversidade, emissões para o meio aquático, emissão de resíduos radioativos, e indicadores sociais sobre questões sociais e laborais) indicadores adicionais quer na ótica ambiental como social.

Os investimentos sustentáveis foram alinhados com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos? Informações pormenorizadas:

Apenas são considerados como sustentáveis os investimentos em emitentes que não apresentem situações de incumprimento relativo a qualquer uma das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais ou dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.

A **alocação dos ativos** descreve a percentagem dos investimentos em ativos específicos.



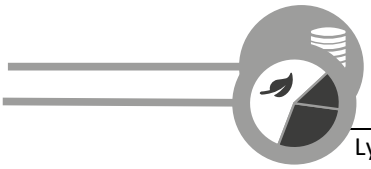
De que modo este produto financeiro teve em conta os principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?

A taxonomia da UE estabelece um princípio de «não prejudicar significativamente», segundo o qual os investimentos alinhados com a taxonomia não devem prejudicar significativamente os objetivos da taxonomia da UE, sendo acompanhada de critérios específicos da UE.

O princípio de «não prejudicar significativamente» aplica-se apenas aos investimentos subjacentes ao produto financeiro que tenham em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental. Os investimentos subjacentes à restante parte deste produto financeiro não têm em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Quaisquer outros investimentos sustentáveis também não devem prejudicar significativamente quaisquer objetivos ambientais ou sociais.

Conforme referido no ponto anterior relativo a como foram tidos em conta os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade, a IMGA tem em consideração os diversos indicadores ambientais e sociais. Adicionalmente, são ainda considerados os indicadores relacionados com questões laborais, respeito pelos direitos humanos e luta contra a corrupção e suborno previstos nos princípios do UN Global Compact e nas diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais, bem como a exclusão de qualquer investimento em entidades que detenha a maioria das suas receitas em atividades relacionadas com o fabrico ou venda de armas controversas, nomeadamente minas antipessoais, munições de fragmentação, armas químicas e armas biológicas. Assim, para os fundos geridos pela IMGA estes indicadores dos principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade foram considerados de acordo com a metodologia da sociedade.
No entanto, o Fundo apenas se encontrava investido noutros OICs, alguns dos quais geridos pela IMGA e para os quais foram considerados os critérios acima referidos relativamente aos indicadores ambientais e sociais considerados para efeitos de cumprimento do princípio "*não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável".*
Para os fundos geridos por outras sociedades gestoras, compete a cada sociedade gestora desenvolver e implementar o seu modelo de investimento sustentável, podendo ou não considerar estes indicadores no mesmo.



Quais foram os principais investimentos deste produto financeiro?

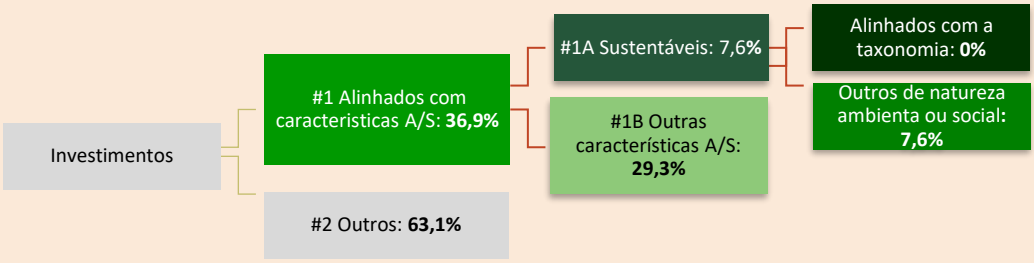
A lista inclui os investimentos que constituem **os maiores investimentos** efetuados pelo produto financeiro durante o período de referência, a saber: 01/01/2025 a 31/12/2025.

Investimentos mais avultados	Setor	% de ativos
Lyxor ETF S&P 500-A	Unidades de Participação	9,62%
AMUNDI MSCI EUROPE UCITS DR	Unidades de Participação	6,89%
JPMorgan E Europe Res Enh Idx Eqty Es ETF	Unidades de Participação	6,79%
JPMorgan E US Research Enh Idx Eqty ETF	Unidades de Participação	5,53%
Vanguard S&P 500 UCITS ETF	Unidades de Participação	4,79%
Amundi ETF MSCI Emerging Markets	Unidades de Participação	4,02%
Wellington Strategic European EQ-S EUR AC	Unidades de Participação	2,51%
JAN HND PAN EUR- H EUR ACC	Unidades de Participação	2,51%
IMGA European Equities - CAT I	Unidades de Participação	2,06%
JPM EUROPE REI ESG UCITS ETF	Unidades de Participação	1,97%
COMGEST GROWTH EUROPE-EUR-IA	Unidades de Participação	1,74%

Qual foi a proporção de investimentos relacionados com a sustentabilidade?

Qual foi a alocação dos ativos?

Valores em percentagem do ativo do Fundo



#1 Alinhados com características A/S inclui os investimentos do produto financeiro utilizados para alcançar as características ambientais ou sociais promovidas pelo produto financeiro.
#2 Outros inclui os restantes investimentos do produto financeiro, não alinhados com características ambientais ou sociais nem qualificados como investimentos sustentáveis.

A categoria **#1 Alinhados com características A/S** abrange:
- A subcategoria **#1A Sustentáveis** abrange os investimentos sustentáveis com objetivos ambientais ou sociais.
- A subcategoria **#1B Outras características A/S** abrange os investimentos alinhados com características ambientais ou sociais que não são qualificados como investimentos sustentáveis.

As atividades alinhadas pela taxonomia são expressas em percentagem do seguinte:
- **Volume de negócios**, refletindo a percentagem das receitas provenientes das atividades ecológicas das sociedades beneficiárias do investimento;
- **Despesas de capital** (CapEx), demostrando os investimentos ecológicos realizados pelas empresas beneficiárias do investimento, por ex. com vista à transição para uma economia verde;
- **Despesas operacionais** (OpEx), refletindo as atividades operacionais ecológicas das empresas beneficiárias do investimento.

Em que setores económicos foram realizados investimentos?

Setor	Subsetor	% Ativo
Unidades de Participação	Unidades de Participação	95,5%
Liquidez	Liquidez	5,5%

Em que medida estiveram os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental alinhados com a taxonomia da UE?

O produto financeiro investiu em atividades relacionadas com o gás fóssil e/ou a energia nuclear que cumpriam a taxonomia da UE[1]?

☐ Sim:

☐ Gás fóssil ☐ Energia nuclear ☐

☒ Não

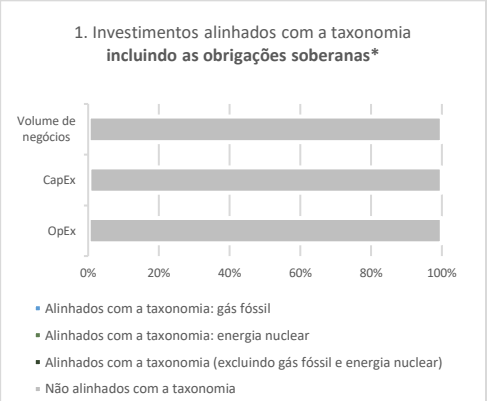
[1] As atividades relacionadas com o gás fóssil e/ou nuclear só respeitarão a taxonomia da EU se contribuírem para limitar as alterações climáticas ("mitigação das alterações climáticas") e não prejudicarem significativamente qualquer objetivo da taxonomia EU – ver nota explicativa na margem esquerda. Todos os critérios aplicáveis às atividades económicas nos domínios do gás fóssil e da energia nuclear que cumprem a taxonomia da EU são definidos no Regulamento Delegado (EU) 2022/1214 da Comissão.

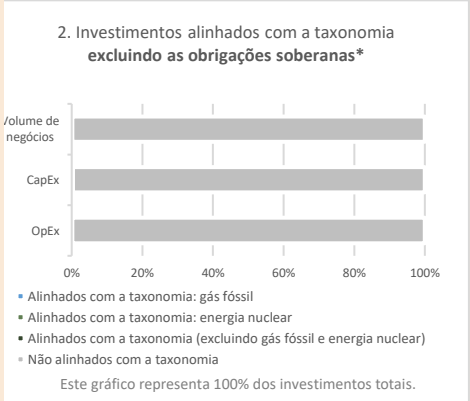
Para cumprir a taxonomia da EU, os critérios aplicáveis ao **gás fóssil** incluem limitações das emissões e a transição para energias plenamente renováveis ou combustíveis hipocarbónicos até ao final de 2035. No que respeita à **energia nuclear**, os critérios incluem normas exaustivas em matéria de segurança e de gestão de resíduos.

As **atividades capacitantes** permitem diretamente a outras atividades contribuir de forma substancial para um objetivo ambiental.

As **atividades de transição** são atividades para as quais ainda não existem alternativas hipocarbónicas e que, entre outras, apresentam níveis de emissões de gases com efeito de estufa que correspondem ao melhor desempenho.

Quando aplicável, os dois gráficos que se seguem mostram, a verde, a percentagem mínima de investimentos que foram alinhados com a taxonomia da UE. Uma vez que não existe uma metodologia adequada para determinar o alinhamento pela taxonomia das obrigações soberanas*, o primeiro gráfico mostra o alinhamento com a taxonomia a respeito de todos os investimentos do produto financeiro, incluindo as obrigações soberanas, enquanto o segundo apresenta o alinhamento pela taxonomia apenas em relação aos investimentos do produto financeiro que não sejam obrigações soberanas.





**** Para efeitos destes gráficos, as «obrigações soberanas» devem entender-se todas as exposições soberanas.***

Qual foi a percentagem de investimentos em atividades de transição e capacitantes?

Para analisar a percentagem do Fundo que se encontra alinhada com a Taxonomia da UE de acordo com as métricas referidas no gráfico acima, necessitamos dessa mesma informação por parte das sociedades gestoras dos fundos que constituem a carteira de ativos. Essa informação não se encontra, de momento, disponível.

Comparar a percentagem de investimentos alinhados com a taxonomia da EU com os investimentos realizados em períodos de referência anteriores?

Dada a ausência de informação de forma compilada e de fácil acesso fornecida pelas sociedades gestoras em que o Fundo investiu, não dispomos de dados suficientes que nos permitam concluir qual a percentagem de investimentos alinhados com a taxonomia da UE e qual a percentagem de investimento em atividades de transição e capacitantes.

São investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental que não têm em conta os critérios aplicáveis as atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental nos termos do Regulamento (EU) 2020/852.

Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental não alinhados com a taxonomia da UE?

Conforme referido nas questões anteriores não existem dados divulgados pelas entidades em que o Fundo investiu que nos permitam concluir qual a percentagem de investimentos alinhados ou não com a taxonomia.

Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis do ponto de vista social?

Conforme referido nas questões anteriores não existem dados divulgados pelas entidades em que o Fundo investiu que nos permitam concluir qual a percentagem de investimentos sustentáveis do ponto de vista social.

Que investimentos foram incluídos na categoria «Outros», qual foi a sua finalidade, e foram aplicadas salvaguardas mínimas em matéria ambiental ou social?

Os investimentos na categoria "Outros" incluem depósitos não qualificadas como alinhadas com características A/S ou sem dados disponíveis que permitam a sua avaliação em termos ESG e a

quota-parte dos fundos de investimento que ultrapassam os valores mínimos definidos pelos documentos constitutivos dos mesmos, bem como os fundos de investimento constituídos ao abrigo do artigo 6º do Regulamento SFDR ou para os quais não existe informação disponível. Estes investimentos têm como finalidade a diversificação da carteira de ativos e gestão da liquidez.

Não incluídos nesta percentagem, por se tratar de extrapatrimoniais, estão os derivados de taxa de juro, utilizados para gestão da duração do fundo e, consequentemente, exposição ao risco de subida da taxa de juro e cambiais.

A verificação do cumprimento das salvaguardas mínimas está presente na metodologia da sociedade gestora para avaliação de cada entidade. Esta monitorização é tida em conta aquando da avaliação ao nível do rating ESG, que inclui para além do comportamento de diversos indicadores ambientais e sociais, uma análise ao governo de cada entidade.

É ainda verificado o cumprimento das normas e princípios internacionais, nomeadamente as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos e os princípios do UN Global Compact.

Para além disso estão excluídas do universo de investimento entidades que tenham a maioria das suas receitas dependentes de negócios específicos como Jogo, Armamento Pessoal e Tabaco.

Que medidas foram tomadas para alcançar as características ambientais e/ou sociais durante o período de referência?

Durante o último ano, o Fundo procurou incrementar o seu nível de investimento em fundos com objetivo alinhado com o seu, ou seja, em fundos que procurem a promoção de características ambientais e/ou sociais.

Na gestão dos fundos, a IMGA procurou incrementar o seu nível de investimento em empresas de emitentes com notações de rating ESG favoráveis, de forma a melhorar o nível de rating ESG Global do Fundo. Foi dada ainda especial atenção a eventuais controvérsias a que os emitentes pudessem estar expostos e ao cumprimento das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais ou dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos. Procurou-se ainda incrementar a exposição a fundos geridos por sociedades gestoras que incorporem características ESG no seu processo de gestão.

Não foram ainda realizados quaisquer novos investimentos em setores considerados controversos, nomeadamente em empresas que tenham a maioria das suas receitas dependentes de negócios específicos, nomeadamente jogo, armas controversas, tabaco e carvão térmico.

Relatório de Auditoria

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025

Relatório de auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do IMGA Alocação Dinâmica - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (o «OIC») sob gestão da IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. («Entidade Gestora»), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 86 312 893 euros e um total de capital do OIC de 83 990 733 euros, incluindo um resultado líquido de 5 171 140 euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as Divulgações anexas às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do IMGA Alocação Dinâmica - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto, gerido pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários;
- elaboração do Relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação da Entidade Gestora do OIC, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre a matéria prevista no n.º 5 do artigo 27º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime de Ativos.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o Relatório de gestão

Em nossa opinião, o Relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a matéria prevista no n.º 5 do artigo 27º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime da Gestão de Ativos

Nos termos do n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime de Gestão de Ativos, devemos pronunciar-nos sobre o cumprimento dos critérios e pressupostos de avaliação dos ativos que integram o património do OIC.

Sobre a matéria indicada não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 29 de abril de 2026

Forvis Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A

Representada por Pedro Miguel Pires de Jesus (Revisor Oficial de Contas n.º 1930 e registado na CMVM com o n.º 20190019)